



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$15

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se rezebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries Ano 50\$	Semestre 28500
A 1. ^a série 30\$	" 18300
A 2. ^a série 20\$	" 14300
A 3. ^a série 15\$	" 10300

Avulso: Número de duas páginas \$15;
de mais de duas páginas \$08 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado), é de \$60 a linha, acrescido de \$03 de sêlo por cada um. Exceptuam-se os casos previstos nos §§ 1.^º e 2.^º do artigo 3.^º da lei n.º 1:043, publicada no *Diário do Governo* n.º 169, 1.^a série, 31-viii-1920.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça e dos Cultos:

Decreto n.º 8:071 — Concede ao Ministério da Instrução Pública, a título definitivo, o terreno do antigo passal do Priorado de Cedofeita, na cidade do Porto, para a construção do novo edifício destinado à instalação do Liceu de Rodrigues de Freitas.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 8:072 — Autoriza a firma bancária Teixeira, Machado & C.ª, do Funchal, a emitir guias-ouro.

Portaria n.º 3:123 — Manda declarar que os postos fiscais de Osso da Baleia e Pedrógão, sitos no distrito de Leiria, pertencem à Alfândega de Lisboa, ficando assim rectificada a tabela VII anexa ao decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918.

Ministério das Colónias:

Decreto n.º 8:073 — Autoriza o governador geral do Estado da Índia a contrair um empréstimo destinado a cobrir o deficit do orçamento daquele Estado relativo ao ano económico de 1921-1922.

Ministério da Agricultura:

Decreto n.º 8:074 — Altera a disposição do § único do artigo 25.^º do regulamento do Laboratório de Patologia Veterinária, aprovado por decreto n.º 246, de 11 de Dezembro de 1913, e a tabela de preços anexa ao mesmo diploma.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

4.^a Repartição

Decreto n.º 8:071

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos e nos termos do artigo 104.^º da lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da comissão incumbida pelo decreto n.º 3:683, de 10 de Maio de 1911, de adquirir os terrenos necessários para a construção do edifício do Liceu de Rodrigues de Freitas, da cidade do Porto, seja cedido, a título definitivo, o terreno do antigo passal do Priorado de Cedofeita, na freguesia de Cedofeita, da cidade do Porto, com a superfície total de 20.000 metros quadrados, para a construção do novo edifício destinado à instalação do Liceu de Rodrigues de Freitas, mediante o preço ou indemnização única, para os efeitos do artigo citado, de 61.500\$, que serão pagos à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, por intermédio da comissão sua delegada no bairro ocidental do Porto, logo após a publicação dêste decreto.

Esta cedência caducará, e o terreno voltará à posse da referida Comissão Central sem direito a qualquer indemnização à entidade cessionária, se esta o não aplicar ao fim para que é cedido.

Paços do Governo da República, 22 de Março de 1922.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*José Cutinho de Meneses*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Repartição das Finanças

Decreto n.º 8:072

Tendo a firma bancária Teixeira, Machado & C.ª, do Funchal, requerido autorização para poder emitir guias-ouro nos termos do decreto n.º 4:133, de 18 de Abril de 1918: hei por bem, no uso da faculdade que me confere o n.º 3.^º do artigo 1.^º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919, determinar que se torne extensiva à mesma firma a permissão concedida pelo citado diploma.

Paços do Governo da República, 22 de Março de 1922.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Albano Augusto de Portugal Durão*.

Direcção Geral das Alfândegas

2.^a Repartição

Portaria n.º 3:123

Achando-se o distrito de Leiria, segundo o determinado no § único do artigo 95.^º do decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918, compreendido na circunscrição aduaneira correspondente à Alfândega de Lisboa, e estando os postos fiscais de Osso da Baleia e Pedrógão sitos no referido distrito: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, declarar que os aludidos postos fiscais pertencem à Alfândega de Lisboa, ficando assim rectificada a tabela VII anexa ao citado decreto.

Paços do Governo da República, 22 de Março de 1922.—O Ministro das Finanças, *Albano Augusto de Portugal Durão*.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

2.^a Repartição

Decreto n.º 8:073

Atendendo ao que representou o governador geral do Estado da Índia, sobre a necessidade de efectuar a ope-

ração a que se refere a secção 1.^a da base 67.^a do decreto n.^o 7:008, de 9 de Outubro de 1920, para realizar o equilíbrio orçamental:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, nos termos da secção e base citadas, decretar o seguinte:

Artigo 1.^º É autorizado o governador geral do Estado da Índia a contrair um empréstimo na importância de 293.920\$26, destinado a cobrir o déficit do orçamento daquele Estado, relativo ao ano económico de 1921-1922.

Art. 2.^º Este empréstimo será realizado em rupias, patacas ou ouro, e contratado com o Banco Nacional Ultramarino, mediante o pagamento da taxa do juro anual de 7 por cento e amortizável no prazo de vinte anos.

Art. 3.^º No orçamento da colónia, a partir do ano económico de 1922-1923, serão inscritas as verbas destinadas ao pagamento dos juros deste empréstimo, e às anuidades para a sua amortização.

Art. 4.^º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Paços do Governo da República, 22 de Março de 1922.— ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Alfredo Rodrigues Gaspar.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Pecuários

Decreto n.^o 8:074

Sendo necessário alterar a disposição do § único do artigo 25.^º do regulamento do Laboratório de Patologia Veterinária, aprovado por decreto n.^o 246, de 11 de Dezembro de 1913, e a tabela de preços anexa ao mesmo diploma, a fim de os mesmos serem actualizados;

Usando da faculdade que me confere o n.^o 3.^º do artigo 1.^º da Constituição Política da República Portuguesa e

guesa e em harmonia com o que se acha determinado no artigo 131.^º da lei n.^o 26, de 9 de Julho de 1913:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Agricultura, aprovar as referidas alterações da seguinte forma:

Artigo 25.^º . . .

§ único. Esta verificação será paga pelos interessados à razão de 30\$ por cada frasco analisado, quantia que constituirá receita do Laboratório.

Tabela de preços

Vacina esporolada contra o carbúnculo bacteridiano:

Para ovinos, suínos e caprinos — vacinação completa, por cabeça	\$05
Para bovinos e solípedes — vacinação completa, por cabeça	\$10

Soro, vacinação contra o mal rubro dos suínos:

Soro — 10 c. c.	\$40
Vírus — 1 c. c.	\$04

Soro anti-carbúnculo bacteridiano:

Cada 10 c. c.	\$60
---------------	-------	------

Límpia variólica:

Cada ampola para 20 cabeças	\$80
-----------------------------	-------	------

Tuberculina e maleína:

Bruta — 1 c. c.	1\$00
Diluída — 1 c. c.	\$25

Culturas para extermínio de animais daninhos:

Cada tubo	\$50
-----------	-------	------

Culturas de fermentos lácticos para forragens ensiladas: 1:000 c. c.

.....	1\$00
-------	-------	-------

O Ministro da Agricultura assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 22 de Março de 1922.— ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Ernesto Júlio Navarro.